

1 CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER – CEDIM/SC, aos
2 cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze na Casa dos Conselhos
3 de Balneário Camboriú realizou-se a **Primeira Reunião Plenária Itinerante do**
4 **Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM/SC)**, sob a Coordenação
5 da Presidenta Conselheira do CEDIM/SC, Sheila Sabag representante da Rede
6 Nacional Feminista de Saúde. A Reunião Plenária Itinerante contou com a
7 presença das Conselheiras Titulares e Suplentes, representantes das
8 Organizações Governamentais: Conselheira Titular Juliana Wüst Panceri,
9 representante da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL);
10 Conselheira Titular Fabiana Lopes Ribeiro representante da Secretaria de
11 Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável (SDS); Conselheira
12 Titular Sandra Araújo Figueredo, representante da Secretaria de Estado da
13 Educação, Ciência e Tecnologia (SED); Célia Fernandes, Coordenadora da
14 Mulher/SC; Conselheira Titular Patrícia Cristina Fronza, representante da
15 Secretaria de Segurança Pública (SSP); Conselheira Titular Carmen Lúcia Luiz,
16 representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e
17 Habitação; Conselheira Titular Guerlinde Gomes de Medeiros, representante
18 da Secretaria de Estado da Administração, e Conselheiras Titulares e
19 Suplentes representantes das Organizações Não Governamentais: Conselheira
20 Titular Jurema Ramos dos Santos, representante da Associação de Mulheres
21 de Negócios e Profissionais da Grande Florianópolis (BPW); Conselheira
22 Titular Adélia Maria Schmitz, representante da Associação Estadual de
23 Mulheres Camponesas/SC (AEMC); Conselheira Titular Jane Maria de Souza
24 Philippi, representante da Casa da Mulher Catarina; Conselheira Titular
25 Carmem Vera G. Vieira Ramos, representante do Instituto de Estudos de
26 Gênero (IEG); Conselheira Titular Silvana Passold, representante da Ordem
27 dos Advogados do Brasil (OAB). E demais participantes, representantes do
28 Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Balneário Camboriú (COMUM) e
29 participantes representantes de instituições do referido município, conforme
30 lista de presença em anexo. Justificou a ausência, a Conselheira Titular Myriam
31 Aldana Vargas Santin, representante do Grupo Fogueira; e a Conselheira
32 Titular Gerusa Machado, representante da Federação Catarinense de

33 Mulheres. A Presidenta Sheila, deu por aberta a Reunião Plenária Itinerante e
34 procedeu à leitura da **CONVOCAÇÃO DA REUNIÃO PLENÁRIA**
35 **ITINERANTE, de 05 de maio de 2015, com início às 14h00min, na Casa dos**
36 **Conselhos, sito, Rua 1822, nº 1510, esquina com Marginal Leste,**
37 **Balneário Camboriú/SC** para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:**
38 **1) Aprovação da Ata da 2ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC realizada**
39 **no dia 07 de abril de 2015; 2) Explicação da Presidenta do COMUM de**
40 **Balneário Camboriú, Senhora Larissa Maria Correia; 3) Explicação da Diretora**
41 **da Guarda Municipal de Balneário Camboriú, Senhora Taís Baruffi; 4)**
42 **Explicação da Vereadora do município de Balneário Camboriú, Senhora**
43 **Marisa Zanoni Fernandes; 5) Divulgação da 4ª Conferência Nacional de**
44 **Políticas para as Mulheres e comentários sobre os 04 eixos, conforme disposto**
45 **no Decreto de 30 de Março de 2015; 6) Explicação da Conselheira do**
46 **CEDIM/SC, Senhora Carmem Vera G. V. Ramos, sobre a Violência Contra a**
47 **Mulher; 7) Debate; 8) Informes Gerais.** A Primeira Reunião Plenária iniciou com
48 a fala da Presidenta Sheila que após as boas vindas as participantes, fez sua
49 apresentação, da Secretária Executiva e das 13 Conselheiras do CEDIM/SC
50 presentes. A Presidenta Sheila explicou que era a primeira vez que o
51 CEDIM/SC realizava a Plenária Itinerante e evidenciou que a Plenária estava
52 sendo uma oportunidade de concretizar a aproximação entre os Conselhos,
53 Estadual e Municipal, bem como ouvir as demandas do Conselho Municipal no
54 enfrentamento a violência contra a mulher e por fim, promover o fortalecimento
55 dos Conselhos Municipais de Direitos da Mulher para que efetivamente
56 exerçam o controle social, corroborando a ampliação e efetivação de políticas
57 públicas para as mulheres em Santa Catarina. A Presidenta Sheila fez a leitura
58 da Pauta e explicitou que Santa Catarina tem um índice alto de violência contra
59 mulher, sendo também significativo o índice de violência sexual, o qual
60 colocava Santa Catarina como o terceiro Estado no Brasil com o índice mais
61 elevado. Devendo-se considerar que o município de Lages encontra-se em
62 décimo sétimo no ranking brasileiro de mortes de mulheres (feminicídio),
63 evidenciando, portanto, a ausência de investimento em políticas públicas para
64 coibir a violência, sendo necessário o investimento em políticas de segurança,

65 trabalho, educação entre outras, bem como maior participação política das
66 mulheres. A Presidenta Sheila explicitou que diante desse contexto foi que o
67 CEDIM/SC deliberou as Plenárias Itinerantes em 2015 nos municípios com
68 maior índice de violência, iniciando com Balneário Camboriú, seguido de
69 Criciúma, Lages e Chapecó, e complementou referendando a importância das
70 conferências municipais, estaduais e a nacional na garantia e efetivação
71 dessas políticas para as mulheres. Dando início aos itens da Pauta, a
72 Presidenta Sheila falou que a Ata da Reunião Plenária de 07 de abril de 2015
73 foi encaminhada para todas as Conselheiras do CEDIM/SC para que fosse
74 realizada a leitura prévia e a mesma fosse somente aprovada na Plenária
75 Itinerante. A Conselheira Carmen Lúcia Luiz referendou que embora não
76 tivesse participado da Plenária anterior do CEDIM/SC, gostaria de fazer uma
77 consideração na referida Ata, onde se lê: “Quanto ao Termo de Cessão do
78 Terreno, a SST junto ao CEDIM/SC, a Coordenadoria Municipal da Mulher, a
79 Câmara de Vereadores, o COMDIM, e o Patrimônio do Município de
80 Florianópolis se reuniram e discutiram a possibilidade da alteração do
81 zoneamento do terreno visto que uma parte do mesmo é Área de Preservação
82 Permanente (APP) e inviabiliza a construção da edificação (3.600 m²) para a
83 Casa da Mulher Brasileira. Todavia é necessária a tramitação inicialmente no
84 Patrimônio do Município e posteriormente junto a Câmara de Vereadores”. A
85 redação fica da seguinte forma: **Quanto ao Termo de Cessão do Terreno**
86 **este não teve resposta positiva quando da consulta de viabilidade, a SST**
87 **junto ao CEDIM/SC, a CEM, a Câmara de Vereadores, o Conselho**
88 **Municipal dos Direitos da Mulher de Florianópolis (COMDIM), e a**
89 **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) de Florianópolis**
90 **se reuniram e discutiram a possibilidade da alteração do zoneamento do**
91 **terreno visto que uma parte do mesmo é Área Verde e de Lazer (AVL) e**
92 **outra parte é Área de Marinha, o que inviabiliza a construção da**
93 **edificação (3.600 m²) para a Casa da Mulher Brasileira. Todavia é**
94 **necessária a tramitação inicialmente no Instituto de Planejamento Urbano**
95 **de Florianópolis (IPUF) e posteriormente junto a Câmara de Vereadores. A**
96 Ata foi aprovada pelas conselheiras presentes. Dando continuidade a pauta, a

97 Presidenta do COMUM de Balneário Camboriú, Senhora Larissa Maria Correia
98 saudou todas e todos participantes e elucidou a importância da participação
99 das funcionárias dos núcleos de educação Infantil e escolas municipais na
100 Plenária Itinerante, visto que as mulheres fazem-se presentes no cotidiano
101 escolar e desvelam importantes questões a serem trabalhadas e discutidas
102 para a efetivação de políticas para as mulheres. Após a fala da Presidenta do
103 COMUM, a pauta teve seguimento com a explanação da Diretora da Guarda
104 Municipal de Balneário Camboriú, Senhora Taís Baruffi, que após saudar as
105 participantes referendou que assumiu o comando da Guarda Municipal havia
106 35 dias e que esse era um marco para a Guarda Municipal de Balneário
107 Camboriú e para as mulheres, pois o efetivo da Guarda Municipal estava
108 composto por 83 profissionais e desses somente 03 eram mulheres. Taís falou
109 que o trabalho da Guarda Municipal tem se efetivado junto as escolas, sendo
110 essas, importantes espaços de contatos com as mulheres, visto que
111 acompanham as crianças e adolescentes no cotidiano escolar. Taís referendou
112 também que no ano de 2014 a Guarda Municipal de Balneário Camboriú
113 passou a ter poder de Polícia, havendo, portanto uma nova requisição do
114 efetivo Guarda Municipal ao atendimento de ocorrências de violência contra
115 mulher, em especial em ocorrências onde a mulher já estava sob medida
116 protetiva. A Diretora Taís informou que o atendimento a violência contra mulher
117 ainda se faz pouco significativo em relação às outras ocorrências em que é
118 acionada. E mencionou a importância da Plenária Itinerante para a divulgação
119 e acionamento da Central de Operações 153 em todas as situações que forem
120 percebidas a violência contra a mulher e demais violações identificadas. A
121 Diretora Taís foi questionada pela Plenária se sofreu discriminação por assumir
122 um cargo de comando a um número expressivo de homens, a Diretora
123 respondeu que não foi discriminada e complementou que a mulher vem
124 ocupando significativamente cargos nas Forças Armadas, sendo tal inserção,
125 primordial justamente pelo tato e forma de abordagem nas ações a ser
126 desenvolvidas. A Presidenta Sheila mencionou que há aproximadamente 22 mil
127 mulheres nas Forças Armadas e que todas as Forças possuem Comitês de
128 Gênero, bem como estão propondo políticas internas para as mulheres como

129 creches, para que possam trabalhar mais tranquilas. A Presidenta Sheila
130 mencionou que a Guarda Municipal de Campo Grande (MS) e Curitiba (PR)
131 desenvolvem a Patrulha Maria da Penha, com visitas domiciliares as mulheres
132 que estão sob medida protetiva. A Diretora Taís mencionou que tão logo a
133 Guarda Municipal de Balneário Camboriú amplie seu efetivo, dará início ao
134 desenvolvimento das ações e atividades, a exemplo das cidades citadas acima.
135 Findando a explanação da Diretora Taís, o uso da palavra foi concedido a
136 Vereadora de Balneário Camboriú, a Senhora Mariza Zaroni Fernandes, que
137 agradeceu aos Conselhos, Estadual e Municipal pela iniciativa da Reunião
138 Plenária Itinerante e fez uma breve apresentação de sua militância nas
139 questões da infância e da mulher. A Vereadora Marisa é a única mulher na
140 Câmara de Vereadores do Município. O tema de sua apresentação foi “O que é
141 ser Mulher”, trazendo questões pertinentes à violência física e psicológica,
142 sendo essa última, não raro, concebidas culturalmente e socialmente imbuídas
143 à mulher. A Vereadora Marisa falou também que Santa Catarina é um Estado
144 conservador e que tem um dos menores índices de mulheres parlamentares,
145 sendo que atualmente há 04 deputadas estaduais, 21 prefeitas, 26 vice-
146 prefeitas e 387 vereadoras, contrastando com a população eleitora, que é
147 composta por 51% de mulheres, sendo relevante e urgente a Reforma Política
148 no País, no sentido de empoderar as mulheres para a ocupação desses
149 espaços. A Vereadora Marisa referendou que foi aprovado um Projeto de Lei
150 em Balneário Camboriú, que trata de campanha permanente de combate aos
151 crimes de violência contra mulher, criança e o adolescente, pois são os
152 segmentos de maior vulnerabilidade à violência e para tanto se fazem
153 necessárias ações permanentes e articuladas junto à rede setorial. O referido
154 Projeto de Lei foi aprovado e encontrava-se em processo de tramitação para a
155 sua regulamentação no prazo máximo de 90 dias. Falou também que Piauí tem
156 o menor índice de violência contra mulher, e que acompanhou e pesquisou
157 nesse Estado a longa historicidade de constituição dos grupos de defesas da
158 mulher, que ocorreu de maneira suprapartidária e permanente, articulando a
159 delegacia da mulher, o judiciário especializado, as varas especializadas, bem
160 como o trabalho com as guardas municipais, a Polícia Militar e a Polícia Civil. A

161 Vereadora Marisa terminou a sua fala dizendo que a Plenária Itinerante em
162 Balneário Camboriú foi um marco para a garantia e efetivação dos direitos da
163 mulher, pois corrobora para o fortalecimento do Conselho Municipal. A
164 Conselheira Estadual Juliana falou que o Brasil tem menos representatividade
165 da mulher na política proporcionalmente a sua população do que o Paquistão,
166 país mulçumano extremante rigoroso e machista. A Presidenta Sheila então
167 referendou a importância do fortalecimento dos conselhos municipais, dos
168 organismos de políticas para as mulheres e demais movimentos de mulheres e
169 citou a derrubada do Veto do Governador ao Projeto de Lei 122/2013 que
170 institui Observatório da Violência contra a Mulher, onde Conselhos Municipais,
171 Conselho Estadual, Bancada Feminina, movimento de mulheres, movimentos
172 feministas, entre outras, mobilizaram-se e conversaram com os Deputados
173 Estaduais, e na plenária do dia 29 de abril de 2015, historicamente, com 100%
174 dos votos, derrubaram o veto. Outra conquista foi que pela primeira vez
175 conseguiram indicar uma Coordenadora para a Coordenadoria Estadual da
176 Mulher (CEM), sendo necessárias novas lutas para a conquista de orçamento à
177 Coordenadoria para a efetividade das ações desse importante organismo de
178 políticas para as mulheres do estado. A Presidenta Sheila apresentou a nova
179 Coordenadora da CEM, Célia Fernandes, que falou sobre a participação das
180 mulheres na política. Dando continuidade a Pauta a Presidenta Sheila, iniciou
181 sua fala sobre a 4ª Conferência de Políticas para as Mulheres, e citou que o
182 CEDIM/SC encaminhou o Decreto e o Regimento Interno da 4ª Conferência
183 Nacional de Políticas para as Mulheres para todos os Conselhos Municipais,
184 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), Associações de Municípios
185 e Prefeituras Municipais. Falou que as Conferências Livres tiveram início em
186 maio e vão até dezembro de 2015 e que todas as propostas devem ser
187 encaminhadas para as Conferências Municipais, Intermunicipais, Estadual e
188 Nacional, buscando garantir que as propostas sejam levadas até a Comissão
189 Organizadora da 4ª Conferência Nacional constando assim no Relatório Final
190 dessa Conferência, que acontecerá em março de 2016. A Presidenta Sheila
191 falou que Santa Catarina será representada na 4ª Conferência Nacional por 83
192 delegadas, sendo 60% delegadas da Sociedade Civil (56 delegadas) e 40%

193 delegadas governamentais (17 delegadas municipais e 10 delegadas
194 estaduais). A Presidenta Sheila falou também que a 4ª Conferência Estadual
195 será realizada nos dias 19, 20 e 21 de novembro de 2015 sendo importante o
196 processo de divulgação e discussão das Conferências. Referendou ainda que
197 será a primeira vez que haverá uma Conferência temática, cujo tema será
198 “Mais direitos, participação e poder para as mulheres”. A Presidenta, Sheila
199 explanou também sobre os 04 Eixos da 4ª Conferência e posteriormente
200 referendou que a 4ª Conferência Nacional quer ouvir efetivamente os
201 municípios, sendo que serão retiradas 05 propostas municipais, 05 propostas
202 estaduais e 05 propostas nacionais. Os municípios precisarão compor
203 inicialmente a Comissão Organizadora, devendo conter 03 conselheiras
204 representantes da Sociedade Civil e 03 representantes Governamentais. As
205 Conferências serão presididas pelos Organismos de Políticas para as Mulheres
206 e os Conselhos Municipais de Direitos da Mulher. A Presidenta Sheila falou que
207 o CEDIM/SC está se organizando para realizar a 4ª Conferência Estadual em
208 um município mais centralizado de Santa Catarina, buscando aproximar-se
209 efetivamente das mulheres catarinenses. Findando a sua fala, a Presidenta
210 Sheila deu continuidade a Pauta e solicitou a Conselheira do CEDIM/SC,
211 Carmem Ramos que fizesse sua explanação sobre a violência contra a mulher
212 em Santa Catarina e em seguida desse início ao debate. A Conselheira
213 Carmem Ramos falou da violência naturalizada e culturalmente construída, o
214 que por consequência levam maior tempo para mudanças. Citou ainda a
215 necessidade de maiores fontes de dados e estatísticas sobre as questões
216 pertinentes a mulher, para que se possa garantir e efetivar políticas públicas
217 para as mulheres. Após a fala da Conselheira Carmem Ramos, iniciou-se o
218 debate. A Plenária perguntou sobre quais possibilidades e encaminhamentos
219 para a ampliação e fidedignidade dos dados e estatísticas. A Conselheira
220 Carmem Ramos citou a importância da aprovação do Projeto de Lei 122/2013
221 que institui o Observatório da Violência contra a Mulher, pois ele vai monitorar
222 com os organismos de políticas públicas evidenciando as questões pertinentes
223 aos direitos da mulher. A Vereadora Marisa falou sobre alguns casos de
224 violência contra mulher que houve em Balneário Camboriú, os quais

225 evidenciam o conservadorismo, o machismo e a banalização nas repercussões
226 das violências cometidas, sendo que as ações são pontuais e estanques. A
227 Presidenta Sheila falou sobre a necessidade de maior articulação entre os
228 organismos de defesa de direitos das mulheres, da ausência no estado de
229 protocolo da violência crônica, fazendo-se necessário a organização da rede e
230 por conseqüência a criação do referido protocolo. A Conselheira do CEDIM/SC,
231 Carmen Luiz informou que o Governo Federal e o Governo Estadual
232 apresentam diretrizes e ofertam capacitações aos municípios, mas faz-se
233 necessário que esses municípios realizem as ações e os atendimentos às
234 mulheres que sofrem a violência, então os municípios devem criar um protocolo
235 de atenção a vítimas de violência sexual. A Conselheira Carmen Luiz, citou que
236 Florianópolis, tem um protocolo que embora não esteja efetivamente
237 acontecendo, possui um desenho que é modelo para o Brasil. A Conselheira
238 Carmen Luiz falou que o Ministério da Saúde cofinancia a criação desses
239 protocolos e a manutenção dos serviços. Em relação aos protocolos de
240 atendimento as vítimas de violência crônica, Blumenau tem um protocolo
241 também modelo. Faz-se necessário também pressionar a Secretaria de
242 Políticas para as Mulheres, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento
243 Social e Combate a Fome; e Secretaria Nacional de Direitos Humanos. A
244 presidenta Sheila mencionou que as conselheiras governamentais dos
245 Conselhos municipais devem propor e articular junto ao poder público, a
246 criação desses protocolos, evidenciando a possibilidade de cofinanciamentos
247 para sua efetivação. A Conselheira Carmen Luiz referendou que os Conselhos
248 devem se empoderar para tornar-se propositivo dentro do próprio município. A
249 Presidenta Sheila falou que os Conselhos são centralizadores do maior número
250 de representações sendo importantes na efetivação de políticas para as
251 mulheres. Após o debate, a Presidenta do COMUM, Larissa, fez uma avaliação
252 positiva da Plenária Itinerante, mencionando que tal Plenária trouxe dados e
253 informações no combate a violência contra a mulher e fomentando a
254 proposição da criação de protocolos e sistematização de atendimentos as
255 mulheres vítimas de violência. A Presidenta Sheila agradeceu também a
256 participação de todas as participantes, mencionando a contribuição e o



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 11.159 de 20 de julho de 1999
Decreto Regimento Interno nº 2.644 de 16 de julho de 2001

257 fortalecimento das ações entre os Conselhos, Estadual e Municipal. Não
258 havendo mais nenhum ponto de pauta e informes, a Presidenta Conselheira
259 Sheila agradeceu a presença e a dedicação de todas. Dada por encerrada a
260 reunião, eu Fabiana de Souza, Secretária Executiva do CEDIM/SC lavrei a
261 presente ATA.